

INFRAESTRUTURA

Em dois anos e meio, foram recuperados 17 milhões de metros quadrados de terras públicas das mãos de invasores. Avanço do parcelamento irregular pressiona principalmente regiões de baixa renda e áreas de proteção ambiental

Aumentam ações de combate à grilagem

» CARLOS SILVA

A grilagem de terras e as ocupações irregulares continuam a avançar sobre áreas públicas e de proteção ambiental do Distrito Federal. Em dois anos e quatro meses, a DF Legal desobstruiu 17.184.757 metros quadrados de áreas ocupadas ilegalmente, uma extensão equivalente a 2,4 mil campos de futebol. O número resulta da soma das ações realizadas em 2024, em todo o ano de 2025 e nos quatro primeiros meses de 2026, período em que o órgão executou 2.004 operações de desocupação em diferentes regiões da capital.

Os dados mostram que, apesar das sucessivas ações de fiscalização, a pressão sobre áreas públicas permanece elevada. Somente entre janeiro e abril deste ano, a DF Legal realizou 277 desobstruções de ocupações irregulares e recuperou 1.468.564 metros quadrados de terrenos públicos. O volume corresponde a uma média superior a 12 mil metros quadrados recuperados por dia no período.

O ano de 2025 concentrou os maiores números da série apresentada. Ao longo dos 12 meses, foram 854 desobstruções, responsáveis pela recuperação de 9.390.485 metros quadrados de áreas ocupadas irregularmente por grileiros (aumento de 48,5% em relação ao ano anterior). O resultado representa mais da metade de toda a área desobstruída entre 2024 e abril de 2026.

Em 2024, a DF Legal contabilizou 873 operações de desobstrução, que resultaram na recuperação de 6.325.708 metros quadrados. Somados, 2024 e 2025 registraram 1.727 ações e mais de 15,7 milhões de metros quadrados devolvidos ao patrimônio público.

Casos

Na última semana, uma força-tarefa integrada impediu uma tentativa de ocupação irregular em trechos da Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central, na região da Cidade Estrutural. Durante a ação, equipes da DF Legal removeram 146 estruturas improvisadas, construídas com madeira e lona, além de apreenderem seis caminhões-caçamba que, segundo os órgãos responsáveis, eram utilizados para viabilizar o loteamento ilegal da área.

Dois homens foram presos em flagrante por envolvimento na ocupação irregular. De acordo com a investigação, um dos suspeitos foi localizado após a Polícia Militar (PMDF) acionar a Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente e à Ordem Urbanística (Dema). Ele foi encontrado na região de Santa Luzia portando equipamentos e ferramentas utilizadas na demarcação de terrenos, além de anotações que passaram a integrar as investigações conduzidas pela Polícia Civil (PCDF).

As apurações indicam que um dos investigados, apontado como responsável por coordenar a ocupação, tinha sido autuado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que aplicou uma multa de R\$ 120 mil por infrações ambientais relacionadas à tentativa de ocupação da unidade de conservação.

Crime

Para a professora adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), Vânia Raquel Teles Loureiro, a permanência da grilagem de terras no Distrito Federal, principalmente em áreas como a Estrutural, está relacionada ao déficit habitacional enfrentado pela população de baixa renda. “A população espera anos pelos programas de habitação social, o custo de vida ultrapassa os rendimentos

Divulgação/DF Legal



Nos quatro primeiros meses do ano, a DF Legal recuperou 1,5 milhão de metros quadrados de áreas ocupadas irregularmente no DF

Divulgação/DF Legal



Força-tarefa removeu 146 estruturas improvisadas construídas na Estrutural

Divulgação/DF Legal



Suspeito de coordenar ocupação na Estrutural foi multado em R\$ 120 mil

familiares e a solução acaba sendo o menor custo habitacional em áreas periféricas, onde a propriedade não é segura”, explica.

Na avaliação da especialista, os maiores beneficiados são aqueles que organizam e exploram economicamente os parcelamentos clandestinos. Vânia destaca que os impactos da grilagem vão muito além da perda do patrimônio público. Segundo ela, a ocupação desordenada compromete

o planejamento urbano, amplia a desigualdade social, prejudica o meio ambiente e gera custos elevados para o Estado.

“Com a prática extensa da grilagem, o planejamento urbano não consegue antecipar e emplacar as diretrizes adequadas. Isso resulta num acirramento da desigualdade urbana, problemas de mobilidade e destruição de áreas ambientalmente sensíveis”, diz. A professora cita como exemplos

regiões como Sol Nascente, onde o desenho urbano intensifica riscos hidrogeológicos, além da 26 de Setembro e Vicente Pires, que enfrentam problemas de infraestrutura, mobilidade e impactos ambientais decorrentes da ocupação irregular.

Os danos ambientais preocupam a especialista. Em um contexto de mudanças climáticas, ela alerta que a ocupação de áreas verdes agrava problemas como incêndios florestais, enxurradas e alagamentos. “A tomada de áreas verdes pela grilagem potencializa todos esses riscos, além de afetar profundamente a qualidade de vida urbana”, ressalta. Para ela, a preservação dos biomas deve ser integrada ao planejamento das cidades para reduzir a vulnerabilidade ambiental do Distrito Federal.

Como solução, Vânia defende que o enfrentamento da grilagem vá além da repressão. “Uma política habitacional adequada ao perfil da população reduziria fortemente o potencial aliciante da compra irregular”, afirma. Segundo a professora, esse planejamento deve ser construído em diálogo com as comunidades, de modo a ampliar o acesso à moradia regular e diminuir o espaço ocupado pelo mercado ilegal de terras.

Investigação

Em nota, a Dema afirma que as investigações e operações têm sido intensificadas em diferentes regiões da capital, com foco na responsabilização dos envolvidos e na interrupção de novos loteamentos clandestinos. Neste ano, as investigações se concentram, entre outros locais, no Núcleo Rural Bonsucesso, em São Sebastião.

Como parte das diligências, policiais civis realizaram um sobrevoo para mapear áreas com indícios de parcelamento irregular do solo e possíveis crimes ambientais. “Como parte das diligências investigativas, foi realizado, na última quinta-feira, um sobrevoo para identificar áreas com indícios de parcelamento irregular do solo e outros possíveis crimes ambientais (no Núcleo Bonsucesso)”, informa a PCDF.

A Dema destaca a atuação na Cidade Estrutural, onde, apenas em 2026, foram deflagradas duas operações, além do apoio prestado às ações de fiscalização conduzidas pela DF Legal e outros órgãos públicos. No Jardim Botânico, a delegacia informou que realizou uma operação neste ano e mantém investigações em andamento para apurar todas as denúncias recebidas sobre parcelamentos clandestinos.

Além de São Sebastião, a Polícia Civil afirma que mantém atenção especial a outras regiões consideradas sensíveis para a prática da grilagem. “A atuação da Dema tem se concentrado nas regiões do Lago Norte, Cabeceira do Valo, 26 de Setembro, Capoeira do Bálsamo e Itapoã, onde operações recentes e incisivas evidenciam o compromisso da Polícia Civil com a proteção da ordem urbanística e a preservação do meio ambiente”, destaca a corporação.

Combate

A DF Legal afirma que a criação da Secretaria Executiva de Inteligência ampliou a capacidade de identificar os responsáveis pelas invasões. Para identificar os responsáveis, a pasta diz utilizar diferentes ferramentas de inteligência, que incluem a apuração de denúncias da população e o monitoramento de anúncios na internet.

“O trabalho de identificação de grileiros é feito majoritariamente pela Secretaria Executiva de Inteligência e se utiliza das mais variadas técnicas, desde a averiguação de denúncias feitas pela população por diferentes canais até a busca por anúncios de corretores e promoções em redes sociais”, destaca.

Segundo o órgão, o monitoramento territorial passou a contar com ferramentas tecnológicas para identificar áreas com maior pressão por ocupações irregulares. A Unidade de Geoprocessamento e Monitoramento (Ugmon) mapeou 75 poligonais no Distrito Federal onde a expansão das invasões ocorre de forma mais acelerada, permitindo direcionar as ações de fiscalização para os pontos considerados mais críticos.

Além da demolição das construções irregulares, os responsáveis estão sujeitos a uma série de sanções administrativas e criminais. A DF Legal informou que são lavrados autos de infração, embargos, interdições, intimações demolitórias e apreensões de materiais. “Todo o custo operacional é cobrado do infrator, o que inclui os gastos com o maquinário utilizado, o pagamento de horas trabalhadas pelos servidores envolvidos, o combustível dos veículos usados na operação e demais despesas”, informa a secretaria.

Para evitar que áreas desocupadas sejam novamente invadidas, a DF Legal afirma que mantém monitoramento permanente das regiões fiscalizadas. Segundo a pasta, esse trabalho será reforçado com o MonitoraDF, plataforma baseada no sistema ArcGIS, capaz de integrar informações fundiárias e imagens de satélite em alta resolução.

NÚMEROS DAS OPERAÇÕES

Desobstruções de ocupações irregulares			Área desobstruída (m²)			Operações de rotina (pronta resposta)			Operações de Grande Porte			Operações Pronto Emprego (Geral)		
2026	(janeiro a abril)	277	2026	(janeiro a abril)	1.468.564	2026	(janeiro a abril)	126 (1.028.772 m²)	2026	(janeiro a abril)	101 (218.651 m²)	2026	(janeiro a abril)	50 (221.141 m²)
2025		854	2025		9.390.485	2025		431 (6.721.023 m²)	2025		271 (2.449.577 m²)	2025		152 (219.885 m²)
2024		873	2024		6.325.708	2024		499 (3.638.316 m²)	2024		219 (2.416.226 m²)	2024		155 (271.166 m²)

Fonte: DF Legal